

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ÍNDICE

Continuação de Era Vargas	2
Economia no Estado Novo	2
Política Econômica Nacionalista e Estatizante	2
Brasil e Segunda Guerra Mundial	2
Fim do Estado Novo e Redemocratização	2
Renúncia ou Golpe?	3
Governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1950)	3
Constituição de 1946	3
Getúlio Vargas (1951-1954)	4
Atentado da Rua Toneleros: Fim da Era Vargas	4
Juscelino Kubitschek (1956-1960)	5
Governo Jânio Quadros (1961)	6
Governo João Goulart (1961-1964)	6

Continuação de Era Vargas

Economia no Estado Novo

Avanço no setor industrial.

Foram criados órgãos públicos de assistência econômica, como os **institutos do açúcar e do álcool, do chá, do mate, do cacau, do sal e do café.**

Foram criados órgãos de coordenação macroeconômica, como: **instituto brasileiro de geografia e estatística, conselho nacional de petróleo, conselho nacional de águas e energia elétrica, carteira de crédito agrícola e industrial, conselho técnico de economia e finanças, carteira de exportação e importação etc.**

O estado instalou grandes indústrias para dar apoio à nacional, entre elas: **Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce, Fábrica Nacional de Motores, Fábrica Nacional de Álcalis e Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco; Fábrica de Aviões, Usina Hidrelétrica em Paulo Afonso, estradas-de-ferro e de rodagem.**

Política Econômica Nacionalista e Estatizante

Brasil e Segunda Guerra Mundial

Em 1939 Vargas demonstrava grande indefinição, pois vários importantes membros de seu governo eram simpatizantes do nazismo, como Filinto Müller (chefe da polícia especial), Francisco Campos (ministro da justiça), Lourival Fontes (chefe do DIP) e o general Dutra (chefe do Estado Maior).

Diante de vitórias alemãs na Europa, Vargas proferiu um discurso em 11 de junho de 1940 saudando o sucesso alemão diante da rendição francesa.

O ministro das relações exteriores, Osvaldo Aranha, defendia o alinhamento brasileiro com os Estados Unidos, fato este que foi concretizado em 22 de agosto de 1942, diante do torpedeamento de navios brasileiros por submarinos hipoteticamente alemães.

O governo brasileiro rompeu relações com as nações do eixo (Alemanha, Itália e Japão). Os Estados Unidos emprestou ao Brasil 20 milhões de dólares, os quais foram usados na implantação da companhia siderúrgica nacional, em Volta Redonda.

Instalação de uma base americana de suprimentos em Natal, no Rio Grande do Norte, para apoiar as tropas norte-americanas no norte da África e o envio de mais soldados na luta contra as tropas alemãs e a marinha de guerra brasileira cooperou no patrulhamento do atlântico.

Foi criada a **Força Expedicionária Brasileira (FEB)** – lutou contra o exército alemão na Itália, ao lado do 5.º exército norte-americano. Isso fez com que o Brasil fosse a única nação latino-americana a enviar tropas à Segunda Guerra Mundial.

Os pracinhas da FEB conseguiram obter importantes vitórias em Monte Castelo, Forno e Montese.

Fim do Estado Novo e Redemocratização

A participação vitoriosa do Brasil na Segunda Guerra Mundial criou uma situação bastante constrangedora para o governo Vargas, pois tropas brasileiras lutaram contra as ditaduras nazi-fascistas na Europa, enquanto havia um ditador governando o Brasil.

Em 1943 circulou clandestinamente o **Manifesto dos Mineiros**, documento elaborado por alguns intelectuais que reivindicava a redemocratização do país.

Em 28 de fevereiro de 1945 – permissão para a **fundação de partidos políticos, o fim da censura, a libertação dos presos políticos e a convocação de eleições gerais para o final de 1945.**

→ Entre os partidos políticos recém fundados:

- > **Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)** criado para que Vargas pudesse controlar os sindicatos;
- > **Partido Social Democrata (PSD)**, composto por políticos que sempre estiveram ligados a Vargas durante o Estado Novo;

A oposição se organiza na **União Democrática Nacional (UDN)**, a qual defendia um governo liberal, estando ligada às forças políticas tradicionalmente contrárias a Vargas, como multinacionais, latifundiários e determinados setores das forças armadas, além de setores da classe média urbana.

Partido Comunista Brasileiro conquistou sua legalidade e tinha em Luís Carlos Prestes seu principal comandante.

Vargas estava organizando o “queremismo”, movimento que realizava grandes manifestações de operários e pregava a redemocratização do país, mas mantendo Getúlio no poder. Até mesmo alguns militantes comunistas aderiram ao movimento queremista.

Queda pacífica de Vargas em outubro de 1945, a presidência do país passou a ser exercida por José Linhares, ministro que presidia o Supremo Tribunal Federal.

Vargas retirou-se para sua fazenda em São Borja, no Rio Grande do Sul, e as eleições de 2 de dezembro de 1945 deram a vitória ao marechal Dutra, candidato da coligação PSD-PTB e ex-ministro da guerra durante o Estado Novo.

Renúncia ou Golpe?

Nem todos apoiavam Vargas e muitos escreviam na lapela do paletó um “R”, de renúncia.

A nomeação de Benjamin (irmão de Vargas) para a chefatura de polícia no Rio de Janeiro, provocou a reação imediata dos militares que, mediante o cerco ao catete, deram o golpe, forçando a renúncia de Vargas em 1945.

Governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1950)

A força do **PSD** (fundado por Getúlio) apareceu com a conquista da maioria das cadeiras: 201 deputados eleitos. A aliança com o PTB durante as eleições garantiu a vitória do general Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro de Vargas.

O apoio de Vargas à candidatura de Dutra reuniu a maioria das forças políticas e derrotou outro militar: o brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN.

As eleições de 1945 eram constituintes, ou seja, os senadores e deputados eleitos elaboraram a constituição brasileira de 1946.

Constituição de 1946

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial levou o Estado Novo (governo ditatorial de Vargas) a uma contradição: lutar contra regimes totalitários enquanto internamente um regime de exceção tolhia a liberdade e censurava a sociedade. Os militares foram os principais agentes do fim do estado novo. Em 1945, Getúlio renunciou ao cargo pressionado pelos militares. As eleições seguintes foram constituintes, ou seja, a população brasileira elegeu deputados e senadores para uma Assembleia Constituinte que elaborou e promulgou a constituição de 1946.

Apesar de promulgada em nome da democracia, essa carta manteve as regras de controle dos sindicatos pelo ministério do trabalho, inclusive a concessão de verbas para os sindicatos que mantinham a obediência dos líderes sindicais, os pelegos.

A intervenção na economia foi mantida na nova carta: os institutos e órgãos oficiais (café, cacau e açúcar) criados durante os 15 anos de poder de Getúlio.

Instituiu o **voto direto para todos os cargos eletivos e o mandato presidencial de 5 anos**.

Acabou com a intervenção nos estados, tendo o país novamente **governadores eleitos**.

Restaurou as **liberdades democráticas**, pondo fim à censura e ao controle da imprensa.

Vigorou até o golpe de estado de 1964, deflagrado pelos militares. Em seguida, o governo militar elaborou uma nova carta constitucional.

Após a guerra, os EUA surgiram como hegemônicos na Europa ocidental, enquanto a URSS estabeleceu a hegemonia no leste europeu e ficou conhecido como Guerra Fria.

O **Partido Comunista Brasileiro (PCB)** foi cassado em 1947 e houve o rompimento de relações diplomáticas com a URSS. Dutra manifestava sua ligação com o capitalismo e com o imperialismo norte-americano.

Durante o ano de 1947, Dutra iniciou o Plano Salte – saúde, alimentação, transportes e energia – áreas prioritárias de ação. Os recursos vieram de investimentos externos, porém os recursos não foram aplicados onde a população mais precisava e o plano fracassou.

Getúlio Vargas (1951-1954)

O governo Dutra representou o liberalismo (distanciamento do governo dos assuntos econômicos e abertura aos investimentos estrangeiros).

A instabilidade política e econômica favoreceu o candidato nacionalista, Getúlio Vargas. Em janeiro de 1951, ele ganhou as eleições e recebeu a faixa presidencial das mãos de Dutra.

Os Estados Unidos pediram a participação do Brasil na Guerra da Coreia, o que Getúlio recusou.

A **criação da Petrobrás** (1953), constituída como empresa estatal de monopólio rígido.

Os problemas se agravaram constantemente, marcando o final do governo Vargas. Getúlio Vargas ainda tentou contornar a crise nomeando João Goulart ministro do trabalho e aumentando em 100% o salário mínimo.

Os ataques mais fortes a Vargas vinham da Tribuna da Imprensa, jornal de Carlos Lacerda, que se pronunciava nos microfones da Rádio Globo, de Roberto Marinho, e nas telas da TV Tupi, de Assis Chateaubriand. Lacerda lançava constantes apelos às forças armadas para que intervissem com um golpe de estado.

Atentado da Rua Toneleros: Fim da Era Vargas

O estopim da crise que desestabilizou politicamente Vargas foi o atentado da rua Toneleros, quando pistoleiros em tocaia aguardavam Carlos Lacerda na frente de sua residência. Lacerda saiu ferido, e seu guarda-costa, major aviador Rubem Florentino Vaz morreu.

Em apenas 29 horas, a aeronáutica encontrava o culpado, um membro da guarda pessoal do presidente Vargas, Climério Eurides de Almeida, que denunciou Gregório Fortunato, chefe da guarda presidencial de Vargas.

O clima ficou insustentável.

O suicídio foi a saída encontrada por Vargas. Logo após a reunião com seus ministros, Getúlio cumpria sua promessa: “só morto sairei do catete”.

O suicídio de Vargas enfraqueceu a oposição. A população ao receber a notícia atacou os Udenistas, quebrou jornais, e Carlos Lacerda teve que se refugiar.

Com o suicídio de Vargas o povo saiu às ruas e o vice, Café Filho, assumiu a presidência e formou um ministério com maioria udenista e garantiu a realização de eleições em 1955. Juscelino Kubitschek

político do PSD de Minas Gerais e ex-governador conseguiu o apoio do PTB garantindo sua vitória frente a Juarez Távora, da UDN. Em sua campanha, JK insistia na necessidade de avançar no rumo do desenvolvimento econômico apoiando-se no capital público e privado, Juarez, por sua vez, insistia na moralização dos costumes políticos e contrário à excessiva intervenção do Estado na economia.

Houve uma tentativa de desmoralizar o vice Jango atribuindo a ele a comprometedora “Carta Brandi” publicada no jornal “Tribuna da Imprensa” de Carlos Lacerda, que mostrava a articulações entre Jango e Peron para deflagrar no Brasil um movimento armado, que instalaria a República sindicalista. Por motivo de doença, Café Filho se afasta da Presidência, sendo substituído por Carlos Luz, Presidente da Câmara dos Deputados, que permaneceu no poder apenas 48 horas.

Após a vitória de JK e Jango, desencadeou-se uma campanha contra a posse levando a um golpe preventivo, ou seja, uma intervenção militar para garantir a posse do presidente eleito. O executor foi o general Lott, que mobilizou tropas do Rio de Janeiro que ocuparam edifícios governamentais, estações de rádio e jornais. Os comandos do exército se colocaram ao lado de Lott, enquanto os ministros da marinha e da aeronáutica denunciavam a ação como “ilegal e subversiva”. Carlos Luz, presidente interino, bem como Lacerda, fugiram no cruzador Tamandaré. Carlos Luz foi impedido pelo congresso e assumiu o presidente do senado, Nereu Ramos que assumiu a chefia do executivo, decretou estado de sítio por 60 dias e garantiu a posse do novo presidente.

O movimento operário e a organização sindical estabeleceram em 1955, em São Paulo, o Pacto de Unidade Intersindical, ou seja, a união dos sindicatos, pacto este que foi dissolvido em 1957. No Rio de Janeiro foi criado o Pacto de Unidade e Ação, uma frente de ferroviários, marítimos e portuários que articulava o processo para a organização do Comando Geral dos Trabalhadores – CGT, com uma participação importante no governo de João Goulart.

O sindicalismo não se firmou nas indústrias automobilísticas devido, entre outros, a forte presença de comunistas no movimento sindical e pela desorientação dos dirigentes sindicais diante das novas relações de trabalho implantada pelas empresas multinacionais, atraindo os trabalhadores com benefícios e a esperança de promoções.

Os sindicatos aos poucos foram se politizando. Isso significava que eles deveriam apoiar a corrente nacionalista e as propostas de reformas sociais – as chamadas reformas de base –, entre as quais se incluía a reforma agrária. Em 1960, ocorre a greve pela paridade de vencimentos, os “pelegos” se voltaram contra o movimento. Por fim, as reivindicações dos grevistas foram atendidas.

Juscelino Kubitschek (1956-1960)

A vitória de Kubitschek levou a oposição, sobretudo a UDN, ao desespero.

O governo JK foi marcante pela estabilidade social e política.

O grande lema do governo era o desenvolvimentismo: **50 anos em 5**, com abertura aos capitais estrangeiros e construção de grandes obras.

Plano de Metas estava dividido em cinco setores básicos: energia, transportes, alimentos, indústrias de base e educação.

O capital estrangeiro foi a forma mais eficaz para sustentar o plano. Financiamentos e investimentos na **indústria automobilística, na energia elétrica, na construção de estradas, nos transportes aéreos e na fabricação de aço.**

Juscelino viajou ao nordeste em 1958, durante uma grande seca, e criou a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), mas não interveio na questão da distribuição da terra e nas relações de poder no campo.

A **construção de Brasília** – projeto de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer – foi o símbolo concreto da euforia desenvolvimentista. A quantidade de investimentos gerou sérios problemas, que foram herdados pelo governo seguinte. No final do governo de Juscelino, greves estouravam em São Paulo, a carestia aumentava. Assim, o PSD passou a aproximar-se da UDN, e Juscelino terminou seu mandato em séria dificuldade, crise que favoreceu o aparecimento de políticos demagogos como Jânio Quadros.

Governo Jânio Quadros (1961)

Jânio usava a **vassoura como símbolo** de sua campanha, prometendo varrer a sujeira e a corrupção. A UDN resolveu apoiar Jânio Quadros para presidente; os operários de São Paulo apoiaram uma combinação de candidatos: nascendo **Jan/Jan – Jânio (para presidente) e Jango (para vice)**. Jânio teve uma das mais expressivas votações da história do Brasil.

Personalista e autoritário, Jânio, depois da posse, exigia cada vez mais poderes.

Com o costume de mandar bilhetes, que tinham o valor de leis informais, tomou algumas decisões: regulamentou o maiô das misses, proibiu o biquíni, as rinhas (brigas) de galo e as corridas de cavalo em dias úteis e lança-perfume no carnaval.

Os Estados Unidos pediram ajuda ao governo brasileiro para invadir Cuba em 1961. Jânio negou-se a ajudar na invasão, e, mais, promoveu a condecoração de Che Guevara, ministro de Fidel Castro após a Revolução Cubana, e do astronauta soviético Yuri Gagarin.

Representantes brasileiros foram até a China, Cuba, e Alemanha oriental para reatar relações diplomáticas.

Para obter o apoio popular, Jânio renunciou, esperando voltar com maiores poderes. Contudo, a renúncia soou para o povo como uma traição, e a opinião pública voltou seus olhos para o vice, João Goulart, que estava na China.

Aceita a renúncia de Jânio, os militares não apoiavam a posse do vice, João Goulart por razões de segurança nacional. Argumentavam que Jango, enquanto ministro do trabalho de Vargas, estava envolvido com greves e não escondia suas simpatias pelo comunismo.

Outros militares e Leonel Brizola iniciaram a batalha pela Legalidade e o Congresso adotou uma solução de compromisso. O sistema de governo passou de presidencialista a parlamentarista, e João Goulart tomou posse, como poderes diminuídos, a 7 de setembro de 1961. Utilizado como simples expediente para resolver uma crise, o parlamentarismo não poderia durar muito.

Governo João Goulart (1961-1964)

A solução chegou no início de setembro de 1961: o **parlamentarismo**, com a presença de Tancredo Neves como primeiro-ministro. Jango foi empossado presidente. Tancredo Neves não ficou muito tempo no poder, por concorrer às eleições em Minas, sendo substituído por Brochado da Rocha.

A renúncia de Brochado fez com que um **plebiscito** fosse marcado para consultar o povo sobre a manutenção ou não do regime parlamentarista. Assim, voltou, em 1963, o presidencialismo.

Jango lançou o **Plano Trienal**, que tinha como característica a contenção de salários e do orçamento, que gerou revoltas. A inflação beirava os 70% ao ano. Greves agravaram mais a situação. Os próprios militares se revoltaram, demonstrando a falta de seu apoio a Jango, que se aproximou dos partidos de esquerda, nos quais a questão da reforma agrária estava em pauta.

Em **comício na Cinelândia pelas Reformas de Base (reforma eleitoral, agrária)**, Jango decretou a encampação (desapropriação) das empresas multinacionais no Brasil e das terras às margens das ferrovias e rodovias.

A crise política se agravou, sucederam-se manifestações públicas, com o apoio da UDN (exemplo: **Marcha da Família com Deus pela Liberdade**), gerando a intervenção militar, com movimentação das tropas de minas em direção ao rio de janeiro. Em 1.º de abril de 1964, uma junta militar tomou o poder, iniciando um período de governos militares.

As Ligas Camponesas competiam em importância com o grande crescimento urbano e a industrialização. Dos movimentos rurais da época, o mais importante era a Liga de Francisco Julião. As Ligas defendiam os camponeses contra a expulsão da terra e os altos preços dos arrendamentos. Em novembro de 1961, realizou-se em Belo Horizonte o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas e em 1963 foi adotado o Estatuto do Trabalhador Rural que instituiu a carteira profissional para o trabalhador do campo, regulou a duração do trabalho e a observância do salário mínimo e previu direitos como o repouso semanal e férias remuneradas.

EXERCÍCIOS

01. “O sucesso da política econômica de Kubitschek foi o resultado direto de seu sucesso no sentido de manter a estabilidade política. (...) O segredo residia na marcante habilidade de Kubitschek em encontrar alguma coisa para cada um, enquanto evitava qualquer conflito direto com seus inimigos. Este estilo político não envolvia mudanças fundamentais. Pelo contrário, Kubitschek utilizava-se do próprio sistema a fim de ganhar apoio”.

(Thomas Skidmore - “Brasil: de Getúlio a Castelo”. p. 207).

A política econômica referida no texto é:

- a) O Plano Cruzado, que tinha por objetivo combater a inflação.
 - b) O Plano SALTE, cujas propriedades eram saúde, alimentação, transporte e energia.
 - c) O Plano de Reformas de Base, que tinha por prioridade a redistribuição de renda.
 - d) O Plano de Metas, que consagrava a política nacional-desenvolvimentista.
 - e) O Plano Trienal, que previa reformas econômicas estruturais.
02. Em 25 de agosto de 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros, os ministros militares acharam inconveniente à segurança nacional a posse do então vice-presidente João Goulart, que se encontrava na época, no estrangeiro. Temendo o surgimento de uma guerra civil ou de um golpe militar, o Congresso para contornar essa crise, resolveu aprovar um Ato Adicional à Constituição de 1946, com o intuito de diminuir os poderes do novo presidente.

Através desse Ato Adicional

- a) Implantou-se o sistema parlamentarista de governo.
- b) Admitiu-se a pena de morte para os casos de subversão.
- c) Surgiu a Revolução de 1964.
- d) O Congresso entrou em recesso e estabeleceu o Ato Institucional no 5.
- e) O vice-presidente não seria mais considerado presidente do Congresso Nacional.

GABARITO

01 - D

02 - A